

# INTERAÇÕES NO IRC: FUNCIONAMENTO DISCURSIVO PELO VIÉS DA DESIGNAÇÃO\*

Renata SILVEIRA (Universidade Católica de Pelotas)

**ABSTRACT:** *The present research, based on theories of the French school of Discourse Analysis, aims at providing a better understanding of how web chats at the IRC (Internet Relay Chat) program function discursively. Going beyond the materiality of language, it focuses on nicknames, that is, the designations which mark the subjects presence in on-line dialogues, supposing they represent the distinct subject-positions which may be assumed by internet users.*

**KEYWORDS:** *chats; nicknames; discourse*

## 1 Introdução

A disseminação do uso do ciberespaço - o meio criado pela interconexão mundial dos computadores - como um meio propício à comunicação, à difusão de culturas, à divulgação de gêneros discursivos, à comercialização, à busca de oportunidades, ao estreitamento ou ruptura dos laços sociais constitui uma nova etapa cultural, denominada “cibercultura” por Pierre Lévy (1999) e “era das redes e mensagens informáticas” por Michel Serres (1994).

Os filósofos contemporâneos mencionados elucidam-nos quanto às mudanças que o uso intenso das novas tecnologias promove nos hábitos das pessoas. Dentre elas, não há mais necessidade do “estar junto” para que vínculos sociais se estabeleçam, decisões sejam tomadas, acordos efetivados, conflitos criados; não há porque deslocar-se para o acesso às informações, a rede concentra conhecimentos e pode ser consultada a todo instante, independentemente da localização geográfica; e para as conversas cotidianas e informais, a escrita passa a ser tão empregada quanto a oralidade. Nessa época em que “somos nômades de um novo estilo”, conforme Lévy (1996: 23), não só as ações dos indivíduos modificam-se, mas também o seu modo de ser e de compreender a realidade.

Em virtude das mudanças promovidas pela utilização proliferada do ciberespaço, o concebemos como um espaço de produção discursiva rico em possibilidades de exploração teórica, principalmente sob a ótica da Análise do Discurso de linha francesa, uma disciplina que percebe o discurso como sempre predeterminado pelos fatores histórico-sociais.

Os discursos que circulam nesse ambiente, ora materializados em hipertextos, ora em dizeres enunciados em *chats*, listas de discussão, *e-mails*, aulas virtuais, por exemplo, constituem um corpus de grande valia à compreensão do processo de produção dos sentidos e da constituição da subjetividade nessa nova etapa cultural que estamos vivenciando.

Norteadas por essa crença, a presente pesquisa opta pelos *chats*, mais especificamente, pelo programa de interação *on-line* IRC (*Internet Relay Chat*), para uma reflexão sobre o discurso dos sujeitos-internautas e identificação de posições-sujeito. Para esse estudo, são focalizados os *nicknames*, os apelidos que identificam os interlocutores, supondo que representam as distintas posições-sujeito que podem ser assumidas pelos participantes das conversações via rede mundial.

No presente trabalho, abordaremos primeiramente algumas particularidades do ciberespaço, onde ocorrem os bate-papos *on-line*. Tais especificidades orientam no desvendamento da constituição da(s) subjetividade(s) dos participantes de diálogos eletrônicos. Secundariamente, retomaremos alguns conceitos basilares da Análise do Discurso de linha francesa (AD) interligados à noção de sujeito. Em seguida, tratamos da referência e das designações, especificando como estas podem funcionar como descrições. A seguir, a partir dos procedimentos de análise próprios da linha teórica adotada, analisamos algumas seqüências discursivas de referência (SDR).

## 2 Fundamentação teórica

---

\* Este artigo constitui uma apresentação parcial da pesquisa realizada em minha dissertação de Mestrado, intitulada “Funcionamento discursivo das interações no IRC: um estudo pelo viés da designação” (2006). Cf. Bibliografia.

## 2.1 A subjetividade no ciberespaço

Conforme Lévy (1999), ciberespaço ou rede define-se como “o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores”. O termo diz respeito à “infra-estrutura material da comunicação digital”, ao “universo oceânico de informações que ela abriga” e aos “seres humanos que navegam e alimentam esse universo”. Já o neologismo cibercultura “especifica [...] o conjunto das técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (p. 17).

O ciberespaço pode ser percebido como livre de determinadas pressões que operam fora dele, porque nesse lugar os programas, dados, informações e obras de todos os tipos “podem transitar instantaneamente de um ponto a outro do planeta digital sem serem filtrados por qualquer tipo de alfândega”. Além disso, os diversos tipos de serviços, como financeiros, médicos, jurídicos, de educação a distância, podem ser oferecidos por empresas ou instituições distantes “de forma instantânea, eficaz e quase invisível”. Dessa forma, o “Estado perde [...] o controle sobre uma parte cada vez mais importante dos fluxos econômicos e informacionais transfronteiriços”. Outro aspecto é que as leis nacionais só podem ser aplicadas dentro das fronteiras dos Estados, pelo fato de no ciberespaço as leis correspondentes à informação e comunicação, como, por exemplo, censura, direitos autorais, associações proibidas, poderem ser facilmente burladas (LÉVY, 1999: 204).

Conforme Dias (2004), o sujeito, ao atuar na região dos mundos virtuais – o ciberespaço – é afetado pelo imaginário (p. 48). Sendo assim, ele “estabelece uma outra possibilidade de relação imaginária [...] com aquilo que o determina sócio-historicamente”. O virtual permite ao sujeito “experimentar-se (criar-se)” e, por isso, produz a ilusão de unidade (p. 60).

Ainda de acordo com essa pesquisadora,

a facilidade de externalização das emoções num espaço considerado mecânico, artificial, se dá, por um lado, porque o sujeito que entra na sala não está destituído de suas emoções e, por outro lado, porque o sujeito tem a ilusão (constitutiva) de que ali ele está livre das determinações do real, pois, ao entrar no espaço virtual, o sujeito abandona o real de forma imaginária (2004: 88).

Outra consideração pertinente dessa autora diz respeito ao sujeito-da-tecnologia. Para Dias (2004), o sujeito-de-direito, que estabeleceu suas bases em detrimento do sujeito-religioso, fica enfraquecido pelo aparecimento do sujeito-da-tecnologia. Este tem uma identidade que se caracteriza pela evanescência e multiplicidade, o que “traz uma ruptura em relação ao poder político, jurídico e administrativo no que se refere aos modos de regulação e imputação da ação de um sujeito” (p. 94). Há, com a forma-sujeito digital, um “descentramento do poder e da noção de Estado” (p. 96).

Acrescentamos às abordagens de Dias (2004) as reflexões de Azambuja (2003). Para esse autor, há novas formas de subjetividade, pelo fato de a comunicação, antes de poucos-para-muitos, agora ser de muitos-para-muitos. O poder de comunicação deixa de ser privilégio de uma minoria e se estende aos participantes do ciberespaço. Além disso, a integração promove uma transformação na opinião pública, cada vez mais plural, e permite aos cidadãos uma participação mais direta nas decisões políticas, um exercício mais pleno de sua cidadania. Esses fatores fazem com que percebamos o sujeito-da-tecnologia como um sujeito que descentra não só o poder do Estado, mas também das mídias clássicas, porque imagina-se com poder de comunicação, participação e transformação social.

## 2.2 A Análise do Discurso

A Análise do Discurso de linha francesa trabalha a busca pelos processos de produção dos sentidos e suas determinações histórico-sociais, utilizando conceitos exteriores aos da Lingüística imanente. No que tange às filiações teóricas, realiza a articulação entre três regiões do conhecimento científico:

- o Materialismo Histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
- a Lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
- a Teoria do Discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

É realizada uma confluência desses domínios disciplinares, concomitante a contribuição da Psicanálise, responsável por deslocar a noção de homem para a noção de sujeito (PÊCHEUX e FUCHS, 1993b: 163-4).

Para Pêcheux e Fuchs (1993b), as três regiões do conhecimento que compõem o quadro epistemológico da AD devem ser atravessadas por uma concepção de sujeito oriunda da Psicanálise, ciência que encontra no inconsciente o fator determinante da subjetividade. A caracterização do sujeito como unificado, consciente, cartesiano, dono de si é desmestificada na ótica psicanalítica, a partir da qual Michel Pêcheux especifica sua noção de sujeito, como verificaremos na abordagem da subjetividade na Análise do Discurso de linha francesa.

### 2.2.1 A teoria da subjetividade na Análise do Discurso

O sujeito da Análise do Discurso não se confunde, desde os primórdios dessa linha teórica, com o sujeito individual. Ele, é desde já, um “sujeito social”<sup>1</sup>, pois Pêcheux (1993a) não o concebe empiricamente, mas como um lugar determinado na estrutura de uma formação social (p. 82). Nessa linha argumentativa, não funcionam na situação de interlocução “os traços sociológicos empíricos – classe social, idade, sexo, profissão – mas as formações imaginárias que se constituem a partir das relações sociais que funcionam no discurso”. “Há em toda língua mecanismos de projeção que permitem passar da situação sociologicamente descritível para a posição dos sujeitos discursivamente significativa” (ORLANDI, 1994a: 56).

No artigo *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975)* (1993b), elaborado em co-autoria com Catherine Fuchs, Pêcheux desenvolve a questão da subjetividade, mencionando que as três regiões que compõem o quadro epistemológico da AD devem ser atravessadas e articuladas por uma “teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (p. 164).

Mediante a inclusão dessa teoria, o sujeito da AD, além de ser social, passa a ser determinado pelo inconsciente. A relação dessa instância com a da ideologia é desenvolvida posteriormente, no livro *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1995), quando Pêcheux afirma: “[...] o caráter comum das estruturas-funcionamento, designadas, respectivamente, *ideologia* e *inconsciente*, é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento [...]” (p. 152-3) [grifos do autor].

De acordo com Pêcheux (1995), o processo de interpelação ideológica, transformador dos indivíduos em sujeitos do seu discurso, ocorre através das formações discursivas “que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (p. 161). O autor acrescenta que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele se constitui como sujeito)” (p. 162). Essa identificação ocorre através da “forma-sujeito”, termo recobrado de Althusser (p. 167).

A forma-sujeito “é a forma pela qual o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva que o constitui”. É responsável pela ilusão da unidade do sujeito e também é designada “sujeito do saber, sujeito universal ou sujeito histórico de uma determinada formação discursiva” (LEANDRO FERREIRA, 2001: p. 15).

Conforme Pêcheux (1995), o processo de interpelação ideológica supõe necessariamente um desdobramento, de um lado, está o locutor, ou o sujeito da enunciação, que é quem toma posição, com total responsabilidade, de outro lado, está o sujeito universal, o sujeito da FD (p. 214). A relação entre o sujeito universal e o sujeito da enunciação ocorre através da forma-sujeito e pode apresentar diferentes modalidades.

Numa delas, há uma superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, ou seja, há uma identificação do sujeito do discurso com a forma-sujeito, o que resulta no “bom-sujeito”. Nesse caso, afirma Pêcheux, “o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual, o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos em plena liberdade” (p. 215).

Em outra modalidade, o sujeito da enunciação volta-se contra o sujeito universal, contrapondo-se à forma-sujeito. Estamos tratando do “mau-sujeito”, “mau espírito”, que “se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo ‘interdiscurso’, [...] o que produz o contradiscurso”. Essa contra-identificação não significa a liberdade do sujeito, pois o “interdiscurso continua a determinar a identificação ou a contra-identificação do sujeito com a formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou a rejeite” (p. 215-7).

Acompanhando o percurso de Michel Pêcheux, evidenciamos não haver liberdade do sujeito, pois mesmo quando o sujeito do discurso contra-identifica-se com o sujeito universal, continua determinado pelo interdiscurso, por isso, “só encontramos interpelações bem sucedidas” (MALDIDIÉ, 2003: 69). Todavia, o anexo acrescido à obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*<sup>2</sup> (1995), intitulado *Só há causa*

<sup>1</sup> A expressão “sujeito social” é utilizada por Indursky (2000). Cf. Bibliografia.

<sup>2</sup> A primeira publicação de *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* data de 1975.

*daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*, escrito em 1978, pode ser considerado um retorno crítico sobre a questão do sujeito, mais especificamente, sobre a certeza do funcionamento do processo de assujeitamento ideológico. Nesse anexo, Michel Pêcheux (1995) afirma ser a interpelação ideológica um ritual suscetível a falhas, as quais se manifestam nos lapsos, atos falhos, etc.

Através do anexo em pauta, Michel Pêcheux assegurou novos rumos para a Análise do Discurso, postulando que “não é mais no sucesso da interpelação, mas nos traços de seu obstáculo, que se toca o sujeito” (MALDIDIER, 2003: 70). Suas elaborações repercutiram na forma como o quadro teórico da AD era mobilizado para a compreensão do sujeito e do sentido, não mais compreendidos como presos à ideologia dominante, sem possibilidade de fuga.

Nessa nova fase, o espaço que pretende trabalhar a AD é aquele em que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo” (PÊCHEUX, 1997: 53). Utilizando os termos de Teixeira (2000), são consideradas “a heterogeneidade/equivocidade do sujeito e do sentido”, aspectos que requereram novos procedimentos de análise (p. 16).

Concluindo o exposto, podemos afirmar que o termo sujeito na AD não designa um indivíduo plenamente consciente, um falante/ouvinte ideal, um ser unificado ou alguém sem história. Ao contrário, o sujeito é social, histórico, heterogêneo, contraditório e dotado de inconsciente. É ideológico, o que implica dizer que a relação com suas condições de existência é mediada pela ideologia (ORLANDI, 1994a: 55). Afirmar que o sujeito é sempre já determinado por mecanismos exteriores não significa negar a liberdade desse sujeito. Convém reiterar que Michel Pêcheux (1995) percebeu que o processo de assujeitamento ideológico comporta a falha, por isso, de forma pouco complacente fez sua autocrítica e propôs retificações. Nesse momento de sua teorização, reafirmou que o “sujeito do discurso não é totalmente livre”, mas também alertou que não é “totalmente determinado por mecanismos exteriores” (LEANDRO FERREIRA, 2001: 22).

O sujeito, como afirma Leandro Ferreira (2000), “*estabelece uma relação ativa no interior de uma FD; assim como é determinado ele também a afeta e determina em sua prática discursiva*” (apud LEANDRO FERREIRA, 2001: 23).

### 2.3 A designação e a referência

Ao abordarmos a designação, é pertinente esclarecermos a significação desse vocábulo e distingui-lo dos termos *nomeação* e *referência*, tendo em vista que essas palavras ora podem ser empregadas como sinônimas, ora como diferentes. A fim de estabelecer essa distinção, retomamos Guimarães (2002), para o qual a designação “é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato”. Nesse âmbito, a significação seria “algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história”. Esse autor afirma que a nomeação “é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome” e a referência é “a particularização de algo na e pela enunciação” (p. 9).

Para Guimarães (s.d.), é o interdiscurso, enquanto memória, que promove o funcionamento das designações. E pelo fato de o referente estar no interdiscurso, a relação entre o objeto e o nome é móvel, não sendo, portanto, possível percebê-la como completa, homogênea e estável.

Zoppi-Fontana (1999) observa que os “processos de designação, ao produzir efeitos de evidência que apresentam as relações entre designações e objetos de referência como sendo transparentes e necessárias”, acabam dissimulando “a orientação produzida pelos diversos atos de nomear” e apagando as diferentes posições-sujeito (p. 205; 212-3).

A afirmação de Zoppi-Fontana sobre a orientação interpretativa intrínseca ao ato de nomear vai ao encontro das observações de Rajagopalan (2003), que também afirma não haver neutralidade no ato de nomeação. Para esse autor, “o fenômeno de nomeação” é “um ato eminentemente político”. Defendendo essa posição, esse lingüista afirma que se contrapõe a “certas teorias semânticas de grande prestígio”, para as quais “os nomes não passam de meras ‘etiquetas’ identificadoras dos objetos” (p. 82).

#### 2.3.1 A designação como descrição

A designação pode funcionar como descrição do ser ou objeto, o que ocorre, principalmente, “nos casos em que um nome comum aparece qualificando e/ou identificando um outro nome (comum ou próprio)” (SILVEIRA, 2004: 241).

Isso pode ser especialmente observado nas conversações eletrônicas, porque as designações têm em sua composição nomes comuns, outras classes gramaticais e recursos lingüísticos que funcionam identificando o

referente e simultaneamente qualificando-o. Inclusive, não devemos excluir a presença de nomes próprios. Esses antropônimos, muitas vezes, também funcionam como descrições pela presença da idade ou da sigla indicadora do Estado de origem, ao lado desses nomes, o que caracteriza de forma singular um internauta em relação a outros que compartilham o mesmo espaço virtual. Já nos casos em que a designação escolhida é praticamente vazia de significação, não descreve o sujeito, apenas marca a sua presença.

Orlandi (1994b) aborda a temática da descrição, quando comenta que as formas de discurso têm de ser consideradas em relação a outras e que o vínculo pensamento/linguagem/mundo deve ser pensado como não-unívoco. Com base nessas proposições, propõe uma reflexão sobre a construção discursiva dos referentes, com ênfase nos processos de significação que atuam na determinação do referente (p. 47).

Nessa perspectiva, a descrição define-se como a forma material de um discurso que causa um efeito de determinação. Conforme explica Orlandi, determinar na AD “é precisar, tornar legível, visível. Isto, na instância da subjetividade e da individualização, significa isolar, colocar sob controle”. Além desse aspecto, a determinação também pode ser considerada como homogeneizante e produtora de transparência (p. 50).

Um discurso afetado pelo mecanismo de determinação, que, em nosso caso, manifesta-se através da descrição, construirá a objetividade do referente, a sua homogeneidade lógica e a ilusão de não-afetável pelas formulações equívocas.

### 3 A análise do corpus

#### SDR 1

<ForisLove> QuaL o Seu NoMe?  
<sozinha-em-rg> fernanda  
<sozinha-em-rg> e o teu?  
<\_timelorego\_> **MaSiKeL**  
<\_timelorego\_> **MaiKeL**  
<\_timelorego\_> PRaZeR  
<sozinha-em-rg> prazer  
<\_timelorego\_> QTS aNoS?  
<sozinha-em-rg> 24  
<\_timelorego\_> HuMMMM  
<sozinha-em-rg> e tu????  
<\_timelorego\_> 19  
<\_timelorego\_> TeM aLGuM PRoBLema?  
<sozinha-em-rg> hum...  
<\_timelorego\_> :)  
<sozinha-em-rg> bem novinho  
<sozinha-em-rg> nenhum  
<sozinha-em-rg> pq teria?  
<sozinha-em-rg> adoro CONVERSAR com pessoas mais novas  
<\_timelorego\_> NauM Sei  
<\_timelorego\_> HuM  
<\_timelorego\_> i eu aDoRo MuLHeReS MaiS VeLHaS  
<sozinha-em-rg> hum... e se te falar que sou professora então tu te apaixonas?  
<\_timelorego\_> Q aHaM  
<\_timelorego\_> LeGaL  
<\_timelorego\_> PRoFeSSoRa D Q?

Evidenciamos nessa SDR a preocupação de <\_timelorego\_> com a grafia correta do seu nome próprio, pois há substituição de **MaSiKeL** por **MaiKeL**. O zelo pela correção ortográfica de um nome em interações virtuais caracterizadas por uma linguagem desatenta às normas impostas ao registro escrito atua como um índice de um funcionamento discursivo diferente dos *chats* realizados através do IRC. Querer informar um nome próprio convencionalizado entre os existentes na língua opõe-se ao fato de o sujeito identificar-se através do *nickname* <\_timelorego\_>, expressão não-comum e praticamente destituída de sentido em nossa comunidade lingüística.

Na análise dessa SDR, temos de levar em conta que no espaço virtual “atrocidades” na língua escrita são recorrentes no modo de enunciação dos sujeitos-internautas, enquanto no espaço físico as infrações ao sistema são percebidas como deslize, erro, equívoco. Há, por isso, restrições no uso da língua escrita que não encontram condições de proliferação no ciberespaço. Nesse lugar, o sujeito sente-se livre da pressão social em relação ao emprego da língua escrita e, por isso, age com autonomia, reinventando as formas lingüísticas de seu sistema. E a junção de sujeitos corruptores da estrutura de sua língua materna gera convenções lingüísticas compartilhadas apenas pelos coletivos que se formam no ambiente virtual.

No recorte em pauta, <\_timelorego\_>, ao informar seu verdadeiro nome, tecla **MaSiKel**, e, em seguida, **MaiKeL**. Esse sujeito-internauta é conhecedor da linguagem relapsa, despreocupada com as regras impostas nas gramáticas, peculiar ao ciberespaço. Além disso, está filiado à concepção de ciberespaço como um lugar livre de coerções que regem o uso da língua escrita. Esses argumentos comprovam-se pelas evidências presentes na materialidade lingüística da conversação: o *nickname* escolhido não tem um sentido convencional; uso de *emoticon* : ) e de expressões típicas dos *chats*, repletas de abreviações (**QTS**, **Q**, **DQ**) e tentativas de proximidade com a entonação oral (**HuMMMM**, **i**, **NauM**). Ao mesmo tempo, <\_timelorego\_> está, contraditoriamente, filiado às normas determinantes da forma da linguagem utilizada fora do ciberespaço, pois preocupa-se em corrigir a grafia de seu nome próprio.

Tal zelo com a grafia revela um sujeito contraditório, que adere às brincadeiras com a língua e simultaneamente tenta controlar os sentidos que podem ser mobilizados a partir da leitura de um nome próprio não-padronizado.

Tais considerações, ao serem reavaliadas à luz de uma das noções basilares do quadro conceitual e metodológica do AD, a saber, a forma-sujeito, evidenciam tanto o bom como o mau sujeito. No momento em que <\_timelorego\_> se autocorrige, está totalmente determinado pelo interdiscurso, isto é, o conjunto do já-dito. Nesse contexto, as convenções lingüísticas predeterminam o dizer de <\_timelorego\_>, que sofre cegamente essa determinação. Nesse caso, temos o bom sujeito, resultante da identificação plena do sujeito com a forma-sujeito.

Todavia, <\_timelorego\_>, pelas expressões que utiliza também se opõe às normas lingüísticas atuantes fora do ciberespaço. Dessa forma, ele, sujeito da enunciação, contrapõe-se à forma-sujeito, o que resulta no mau sujeito. Este se contra-identifica com o saber que lhe é imposto pelo interdiscurso, o que produz o contradiscurso.

Salientamos que se há identificação em relação aos usos normatizados da língua fora do ciberespaço, há, ao mesmo tempo, identificação com a criatividade permitida no emprego da língua no ciberespaço. Por isso, <\_timelorego\_>, ora bom, ora mau sujeito, mostra-se heterogêneo e disperso, um sujeito-da-tecnologia que tanto mantém como rompe com o mesmo. Além disso, evidenciamos o quanto a forma-sujeito-digital é heterogênea, abrigando tanto a diferença como o equívoco seu interior.

Com base nas observações feitas, concluímos que o sujeito, mesmo que se imagine no ciberespaço livre das coerções sociais pertinentes ao uso da língua escrita, ainda é afetado por elas. Dessa forma, confirmamos os comentários de Dias (2004), segundo a qual o sujeito imagina o virtual como um lugar não-real, onde as restrições inexistem; todavia, o virtual é real, por isso, “coloca o sujeito no confronto com sua própria constituição material. Com sua própria constituição na história” (p. 25).

## SDR 2

<meiguinha> teu nick deveria ser convencidoooooooooooooo  
<bunitoooo> hehehe  
<meiguinha> : )  
<bunitoooo> mas tu não sabe em q sentido eu botei isso!  
<meiguinha> me explica então  
<bunitoooo> ei botei pq so feio  
<bunitoooo> hehehe  
<bunitoooo> bunito mas não sentido de deboxe  
<meiguinha> que baixo auto estima....  
<bunitoooo> hehehe  
<bunitoooo> viu  
<bunitoooo> e tu me xinga  
<bunitoooo> : (  
<meiguinha> tadinho...desculpa.... : (  
<bunitoooo> ; (  
<meiguinha> com certeza quem gosta de vc te acha bonito  
<bunitoooo> tens foto?

<meiguinha> não  
<bunitoooo> hehehe  
<bunitoooo> tens foto?  
<meiguinha> não  
<bunitoooo> ahhh  
<bunitoooo> como vc é?  
<meiguinha> lindaaaaaaaaaaa  
<bunitoooo> hummmm  
<bunitoooo> então fala ai!  
<bunitoooo> quero ve mesmo  
<meiguinha> estou brincando, sou razoável...  
<bunitoooo> hum  
<bunitoooo> deve se gata

A designação <meiguinha> funciona como descrição, pois o adjetivo empregado no diminutivo qualifica a internauta, conotando doçura. Através dessa designação, o sujeito identificado passa a ser delimitado, estabilizado e adquire objetividade. Seguindo os postulados teóricos de Orlandi (1994b), afirmamos que a impressão causada pela descrição subjacente à designação <meiguinha> é a da relação direta e verdadeira entre o nome e o referente, como se a linguagem fosse transparente e reproduzisse de forma objetiva a exterioridade a que ela alude.

Na conversa em análise, o caráter dócil da designação escolhida imprime uma imagem de um sujeito amigável, acessível, afetuoso, o que apaga a possibilidade de uma imagem de um sujeito inacessível, difícil, rebelde. Além disso, as falas e os *emoticons*, ou seja, ícones representativos de emoções, reiteram a impressão que a simples leitura do *nickname* <meiguinha> evoca. Observemos:

: ) – *emoticon* que significa sorriso, rosto feliz, simpatia  
<meiguinha> **tadinho... desculpa... :** (

Nessa fala, a redução de “coitadinho” para **tadinho**, através da supressão da sílaba inicial e do emprego do diminutivo, imprime denguiço e lamento. Este último sentimento torna-se mais evidente pela expressão **desculpa**, indicadora de arrependimento da crítica feita e pelo uso do *emoticon* representativo de tristeza: : ( .

As reticências funcionam como pausa. Este silêncio inicial, marcado pela presença de poucas palavras, é posteriormente preenchido com o comentário **com certeza quem gosta de vc te acha bonito**. Assim, <meiguinha> não só pede desculpas como conforta, fazendo justiça à docilidade e ao carinho que a sua designação suscita.

A doçura, carisma, delicadeza, amabilidade, bondade, sentidos evocados pelo *nickname* <meiguinha>, foram reiterados durante a interação devido às falas do sujeito-internauta identificado por essa designação. Sendo assim, a constituição do referente se deu num processo em que a designação e os dizeres estavam em consonância e contribuíram mutuamente para que fosse conferida unicidade, homogeneidade, transparência ao sujeito denominado <meiguinha>.

Em relação ao *nickname* <bunitoooo>, podemos dizer que, na medida em que o sujeito-internauta marca a sua presença no ambiente virtual das salas de bate-papo através de uma designação que conota beleza, instiga nos demais interlocutores a imagem de alguém que se enquadra nos padrões estéticos convencionados socialmente. Não podemos negar que essa designação faz com que o sujeito se represente como pertencendo a uma posição de prestígio. E é o status inerente à beleza o aparente fator motivador da escolha dessa designação, que pode causar nos demais internautas a curiosidade sobre quais atributos físicos caracterizam essa pessoa como bela ou até causar o interesse afetivo, pois a descoberta e posterior apreciação das qualidades de <bunitoooo> poderão levar alguém a querer estabelecer uma relação exterior ao ambiente virtual. Além disso, essa conversação evidencia como autodenominar-se como belo resulta em evidenciar explicitamente uma qualidade, o que apaga outra: a humildade.

Observemos como o anonimato, nos casos analisados, permite ao sujeito assumir a posição-sujeito que almeja. <Meiguinha> ainda reitera nas falas e nos *emoticons* a impressão dócil e carinhosa inerente à sua designação. Já <bunitoooo> aparenta ser convencido, esnobe, quando na verdade brinca com a sua designação, a utiliza ironicamente e não hesita em esclarecê-la. É interessante como ele reverte a impressão que, no primeiro momento causa, através da fala explicativa **bunito mas não sentido de deboxe** e do *emoticon* representativo de lágrima, choro: ; ( .

Evidenciamos como a designação representa de forma singular a presença do sujeito-internauta na rede discursiva dos *chats*. No entanto, somente a interação propiciará desvendar a imagem que o sujeito apresenta de si mesmo, que pode coincidir ou não com a imagem que a designação escolhida imprimiu nos demais participantes da interação eletrônica. Nessa conversação, <bunitoooo> esclarece que utilizou esse *nickname* ironicamente, porque na verdade é feio e não belo. Assim, demonstra como a imagem que tem de si diverge daquela que seu *nickname* causa nos demais participantes da interação.

O *nickname* <bonitoooo> funciona de forma distinta em relação à designação <meiguinha>, tendo em vista que a imagem de beleza, adequação aos padrões estéticos suscitada pelo *nick* é rompida quando a interação prossegue. Se a descrição <bonitoooo> causa a impressão de “efeito-verdade”, isto é, de transparência na relação linguagem e exterioridade, a fala **bunito mas não sentido de deboxe** promove a ruptura da representação feita inicialmente e, por conseqüência, transforma o *nickname* em uma falácia. Sendo assim, a configuração de uma imagem do referente se dá num processo de divergência entre a impressão causada pela designação e pelas falas, as quais mobilizam sentidos que subsidiam predominantemente as formações imaginárias.

A designação <bonitoooo> funciona inicialmente como um nome que contém indícios do sujeito identificado e, posteriormente, devido aos comentários do sujeito-internauta que a utilizou, passa a atuar como um nome que manifesta uma inversão da imagem que o sujeito tem de si mesmo. Todavia, esse último funcionamento prevaleceu somente porque <bonitoooo> expôs o verdadeiro sentido do *nickname*, caso não tivesse feito tal exposição, o funcionamento inicial permaneceria.

Destacamos que sobre um mesmo referente podem ser mobilizados sentidos diversos. No momento em que um sujeito opta por identificar-se através de um determinado *nickname* está privilegiando alguns desses sentidos em detrimento de outros. Mas o sentido posto em evidência através do *nickname* pode corresponder à imagem que o sujeito tem de si ou ser uma inversão dessa imagem, como verificamos na análise da designação <bonitoooo>. Na conversação em que este internauta dialoga com <meiguinha>, constatamos que a revelação da correspondência ou não entre a posição-de-sujeito assumida no ciberespaço e fora desse lugar depende do sujeito. Além disso, não é o *nickname* que faz com que os sujeitos assumam outras identidades, é a forma como que justificam tal *nick*, incorporam-no ou não.

#### 4 Conclusão

Abordamos na fundamentação teórica nossa crença de que a forma-sujeito digital não só descentra o poder de controle do Estado, mas também das mídias clássicas. Todavia, o resultado da análise da SDR 1 aponta para uma reformulação dessa noção. Nessa SDR, o sujeito-internauta joga com a criatividade quanto ao emprego da língua permitida no ciberespaço, pois identificou-se através do *nickname* <\_timelorego\_>, um nome destituído de sentido em nossa comunidade lingüística. De forma antagônica, manifestou em suas falas estar filiado a normas que determinam os usos da língua materna. Sendo assim, o sujeito que dialoga no espaço virtual está condicionado, predeterminado por saberes legitimadores do modo de usar o sistema. E em algumas de suas enunciações aparenta romper com essa ordem instituída, mas em outras revela-se ainda preso a ela. Através do exposto, concluímos que o sujeito-da-tecnologia põe à prova o domínio de dois segmentos sociais, a administração política e a mídia, porém, não faz o mesmo em relação a certos saberes veiculados no senso comum. Por isso, é preferível denominar a forma-sujeito digital uma forma-sujeito contraditória e heterogênea, na qual o sujeito da enunciação tanto se identifica com a forma-sujeito como se contrapõe a ela.

No que tange às designações e ao seu funcionamento como descrições, comprovamos na SDR 2, na análise da designação <meiguinha>, as considerações de Orlandi (1994b), segundo a qual, a descrição é uma forma de discurso que cria o efeito de estabilidade referencial, contribui para a impressão de transparência na relação linguagem-pensamento-mundo. Mas também observamos que o efeito-verdade, a estabilização e unicidade do referente criados pela designação foram violados pelas falas, desestabilizadoras do objeto discursivo. Nessa SDR, o *nickname* <bonitoooo> passou de uma descrição que produzia impressão de relação direta e verdadeira entre o nome e o referente para uma descrição contraditória. Tendo em vista esses argumentos, são proibidas generalizações, não há como afirmarmos que toda designação identificadora de um sujeito-internauta colabora para sua representação como dotado de unicidade, homogeneidade e transparência. Inclusive, dependendo da justificativa que o sujeito-internauta apresenta para o emprego do *nickname*, a designação pode funcionar instaurando a heterogeneidade e a contradição do objeto discursivo, como constatamos na análise do *nickname* <bonitoooo>.

Relembremos que nossa hipótese era que o *nickname* representava as diferentes posições-sujeito que poderiam ser assumidas pelo internauta, logo, a mudança de *nick* estaria motivada pelo valor conferido pelo sujeito a determinadas posições. A análise dos *nicknames* <meiguinha> e <bonitoooo> demonstrou que o anonimato, nos casos analisados, permite ao sujeito assumir a posição-sujeito que almeja.



O *nickname* <\_timelorego\_> apenas contém a desinência de gênero, mas também confirma a hipótese da pesquisa. Afirmamos isso porque cremos que optar por um *nickname* que revela pouca especificidade do referente ou por uma designação praticamente destituída de sentido, como <\_timelorego\_> é uma forma de intencionalmente apresentar-se no ciberespaço dissimulando, silenciando, mascarando as posições-de-sujeito assumidas fora desse meio. Identificar-se através de um nome próprio ou de uma palavra sem significado padronizado resulta em assumir no virtual uma posição discursiva de neutralidade.

Todavia, sob a ótica da AD, essa posição não existe, porque um simples ato de nomeação já imprime certos sentidos, induz a determinadas interpretações, o que vai de encontro a certas teorias da referência, que postulam a relação clara e objetiva entre a linguagem e o mundo.

Consideramos que o fenômeno da nomeação é um processo inerentemente ideológico. Tal dimensão ideológica do ato de nomear é claramente observável nos apelidos identificadores dos usuários do ciberespaço. Tais nomes já vêm carregados de sentidos priorizados ou silenciados pelos sujeitos que se autoneomaram.

RESUMO: A presente pesquisa, subsidiada pela Análise do Discurso de linha francesa, visa à compreensão do funcionamento discursivo dos *chats* realizados através do programa IRC (*Internet Relay Chat*). Na dessuperficialização da materialidade lingüística, focaliza os *nicknames*, isto é, as designações responsáveis por marcarem a presença dos sujeitos nos diálogos *on-line*, supondo que representam as distintas posições-sujeito que podem ser assumidas pelos internautas.

PALAVRAS-CHAVE: *chats*; *nickname*; discurso

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZAMBUJA, Celso Candido de. *Hipertexto e subjetividade: máquinas e redes cibernéticas interativas de comunicação e informação e produção de subjetividade*. São Paulo: PUC, 2003. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Disponível em: <<http://www.agoravirtual.net/hipertexto>>. Acesso em: 25 out. 2005.

DIAS, Cristiane Pereira. *A discursividade da rede (de sentido): a sala de bate-papo hiv*. São Paulo: Unicamp, Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), 2004. Tese (Doutorado em Lingüística). Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/universia/>>. Acesso em: 2 nov. 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. O nome próprio de pessoa. In: \_\_\_\_\_. *Semântica do acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2002. p. 33-42.

\_\_\_\_\_. Textualidade e enunciação. *Escritos n° 2: Ver e Dizer*. Campinas, SP: Unicamp, p. 03-12, (s.d).

INDURSKY, Freda. A evolução da noção de sujeito em análise do discurso. In: Congresso Nacional da Abralín, II, 1999, Florianópolis. *Anais*. CD-ROM 2000.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. (coord.) *Glossário de termos do discurso: projeto de pesquisa: A Aventura do texto na perspectiva da teoria do discurso: a posição do leitor-autor*. Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2001.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Traduzido por Carlos Irineu da Costa. 2.ed. São Paulo: Ed. 34, 1999.

\_\_\_\_\_. *O que é o virtual?* (1956). Traduzido por Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1996.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Traduzido por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni P. Discurso, imaginário social e conhecimento. *Em Aberto*, Brasília, n. 61, p. 52-9, jan./mar., ano 14, 1994a.

\_\_\_\_\_. A natureza e os dados (A constituição histórica de um modelo de pesquisa de campo). *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 27, p. 47-57, jul./dez., 1994b.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Traduzido por Eni P. Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1993a. p. 61-161.

\_\_\_\_\_; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). Traduzido por Péricles Cunha. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1993b. p. 163-252.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1983). Traduzido por Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975). Traduzido por Eni P. Orlandi. 2.ed. Campinas, SP: Unicamp, 1995

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Designação: a arma secreta, porém incrivelmente poderosa, da mídia em conflitos internacionais. In: \_\_\_\_\_. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003, p. 81-87.

SERRES, Michel. *Atlas*. Traduzido por João Paz. Lisboa: Éditions Julliard, 1994. p. 114-196.

SILVEIRA, Renata. *Funcionamento discursivo das interações no IRC: um estudo pelo viés da designação*. Pelotas: UCPel, 2006. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada).

SILVEIRA, Verli. *Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmestificação e Porteira Fechada, de Cyro Martins*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem).

TEIXEIRA, Marlene. *Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido do discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. É o nome que faz a fronteira. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999. p. 202-215.